



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Câmpus Porto Alegre

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
CONSELHO DE CÂMPUS PERMANENTE
ATA Nº 05/2012

1 Aos cinco (05) dias do mês de setembro (09) de dois mil e doze (2012), às quatorze (14)
2 horas, na Sala de Convenções do nono (9º) andar do prédio sede do Câmpus Porto Alegre do
3 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - sito à Rua
4 Coronel Vicente, nº 281, no Centro desta Capital, foi realizada reunião ordinária do Conselho
5 Permanente deste Câmpus. Na ausência do Presidente deste conselho, o Direto-Geral do IFRS
6 Câmpus Porto Alegre, Senhor Paulo Roberto Sangoi, a reunião foi presidida pelo Diretor de
7 Desenvolvimento Institucional deste Câmpus, senhor Claudio Vinicius da Silva Farias,
8 designado Presidente em Exercício do Conselho de Câmpus, indicado pelo presidente titular
9 deste Conselho para substituí-lo em virtude de estar em gozo de férias. Estiveram presentes
10 nesta reunião membros representantes do segmento docente, conselheiros titulares Sabrina
11 Letícia Couto da Silva, André Rosa Martins, Evandro Manara Miletto, Claudia do
12 Nascimento Wyrvalski e Juliana Schmitt de Nonohay; representantes do segmento dos
13 servidores técnico-administrativos, os conselheiros titulares Adriana de Farias Ramos, Ademir
14 Dorneles de Dorneles, Douglas Neves Ricalde, Suzinara da Rosa Feijó e Martha Helena
15 Weizenmann; os representantes discentes Ibá Souza da Costa, Yuri Ferreira Machado, e
16 Mayara Cristina Menegotto Moreira. O conselheiro Ivan Francisco Diehl justificou a
17 ausência, e sua suplente Carolina Borba da Silva não compareceu. Participaram ainda como
18 ouvintes os conselheiros suplentes Henrique Leonardi de Oliveira, do segmento dos
19 servidores técnico-administrativos; e Ângelo Cássio Magalhães Horn, do segmento docente.
20 Dado início à reunião, o Presidente em exercício cumprimentou os conselheiros e demais
21 presentes que acompanhavam a reunião como ouvintes. Em seguida, ele apresentou ao
22 conselho o documento onde consta o ato que o designou Presidente em exercício do Conselho
23 de Campus em substituição ao presidente titular, professor Paulo Sangoi, que está em gozo de
24 férias, e entregou-o à secretária da reunião. Esta reunião foi secretariada pela servidora
25 Cristine Stella Thomas, indicada pelo Presidente em exercício do Conselho para a tarefa. Em
26 seguida o presidente em exercício do Conselho propôs prosseguimento à pauta da presente
27 reunião, a qual incluía: Aprovação das atas 001 e 003; Homologação do Resultado da Eleição
28 referente ao Edital 58/2012; Apreciação do processo de doação dos móveis recebidos da
29 adjudicação do prédio da Ulbra para posterior envio ao Consup; Convocação do DAP para
30 esclarecimentos sobre a proposta de orçamento 2013; Aprovação do calendário acadêmico;
31 Análise do processo da professora Cristina Simões da Costa; Apreciação e aprovação do
32 Regimento Complementar do campus; Apresentação da minuta do Regimento interno do novo
33 Conselho de Campus; Assuntos gerais. Com o quorum presente, o presidente passou para a
34 primeira etapa de praxe da reunião de expedientes/comunicados oficiais; afirmou não haver
35 nenhum por parte da mesa, e então passou a palavra aos conselheiros que quisessem
36 manifestar para depois passar às pautas. O conselheiro André manifestou-se solicitando a
37 possibilidade de troca de sala, como havia sido comentado na última reunião, para irem para a
38 sala de reuniões (convenções) a fim de ficar mais fácil e cômodo para realizarem a reunião.

39 Em tempo: a presente reunião foi iniciada no Auditório do 9º andar. O presidente esclareceu
40 aos presentes que não havia marcado outra sala porque há um expediente aberto para empresa
41 contratada pela Reitoria fazer manutenção do equipamento de videoconferência que fica na
42 sala de convenções; em função disso existiria a possibilidade de os técnicos chegarem durante
43 a reunião; porém ele colocou que se os conselheiros preferissem a troca assim e não se
44 importassem de interromper a reunião para trocar novamente de sala caso os técnicos de
45 manutenção apareçam durante a mesma, o pedido poderia ser acatado. O conselheiro André
46 afirmou manter a sugestão. Em tempo: antes de apreciar a troca de sala, a conselheira Sabrina
47 entregou ao Presidente a homologação da eleição de Comissão Eleitoral para eleição de
48 Direção Geral, referente ao Edital 58/2012. O presidente então colocou que apesar da Reitoria
49 ter emitido resolução prorrogando os prazos da eleição da comissão eleitoral, o Câmpus Porto
50 Alegre conseguiu cumprir os processos no prazo anterior e nesta reunião então o Conselho
51 está recebendo da professora Sabrina a entrega oficial da homologação final da eleição, para
52 que seja feito o documento final de conclusão e este enviado à Reitoria. Em seguida, sem
53 mais inscritos para comunicados, o presidente então colocou para apreciação dos conselheiros
54 a troca de sala sugerida pelo conselheiro André, mesmo com a possibilidade de aparecerem os
55 técnicos dos equipamentos. Todos concordaram com troca de sala. Encerrados os expedientes,
56 os conselheiros trocaram de sala e partir de então esta reunião teve continuidade na sala de
57 Convenções do nono (9º) andar. Após todos instalados na sala de convenções, o Presidente
58 deu início às pautas, sugerindo a troca de ordem das mesmas. **Aprovação da Homologação**
59 **do Resultado da Eleição referente ao Edital 58/2012:** Com a entrega do documento feita
60 pela presidente da Comissão eleitoral, professora Sabrina, a presidência do Conselho deu esse
61 item automaticamente aprovado por todos os conselheiros, com a emissão então do
62 documento que vai ser encaminhado à Reitoria. Todos aprovaram. **Aprovação das atas nº 01,**
63 **referente à reunião do dia 16 de julho de 2012, e nº 03, referente à reunião do dia 20 de**
64 **Agosto de 2012:** A pauta foi colocada em discussão, e as seguintes considerações foram
65 feitas: a conselheira Adriana solicitou que as atas sejam aprovadas na próxima reunião, visto
66 que tem alguns pontos da ata 03(?) que precisam ser analisados com mais tempo, e os
67 conselheiros não tiveram muito tempo para isso. A solicitação foi aprovada por consenso
68 entre todos, ficando então para a próxima reunião a aprovação das atas 01, 03 e também a 04
69 que está pendente. **Apreciação do processo de doação dos móveis recebidos da**
70 **adjudicação do prédio da ULBRA para posterior envio ao CONSUP:** o presidente em
71 Exercício do Conselho explicou que, apesar de a decisão sobre essa doação ser do CONSUP,
72 a Direção do Câmpus considera importante um parecer do Conselho de Câmpus, para que a
73 direção possa encaminhar o processo devidamente instruído inclusive com a opinião do
74 conselho com relação a doação desses móveis inservíveis, que foram herdados da ULBRA.
75 Ele sugeriu deixar esse item para o final da pauta. O conselheiro André manifestou que
76 gostaria de pedir vistas ao processo e tirá-lo do ponto de pauta, para trazê-lo novamente na
77 próxima reunião. O presidente concedeu o pedido de vistas ao processo por uma sessão; mas
78 antes solicitou espaço para tecer alguns comentários sobre o processo. Segundo ele, a maioria
79 dos itens já haviam sido indicados e aprovados em reunião anterior e esse é um processo que a
80 direção está pedindo para ser incluído por conta de dar celeridade a alguns procedimentos,
81 tendo em vista as obras que estão por iniciar. Ele esclareceu que, quando o prédio foi recebido
82 por adjudicação pela Justiça, a pedido da Secretaria Regional da Fazenda, foram recebidos
83 não só ambos os prédios, como também parte significativa dos bens móveis existentes no
84 prédio, e isso torna o processo de doação bastante peculiar, porque em geral a União não
85 recebe doação nesses termos de bens móveis; apenas de bens imóveis. Tendo em vista que
86 havia instalações que para o MEC e a União eram interessantes, como salas de aula e
87 biblioteca, então a União resolveu por expedir um termo de adjudicação que incluía as partes
88 móveis e imóveis. Nas partes móveis, veio grande quantidade de lixo, desde lixo hospitalar,

89 que uma empresa parceira do GHC foi contratada para fazer o recolhimento desse material;
 90 lixo químico, que também foi recolhido e devidamente descartado por empresa especializada;
 91 a única empresa que ainda não foi possível contratar foi para recolher uma parte considerável
 92 de lâmpadas, que existe no átrio do térreo; além disso, havia muita calça, resto de obra, e para
 93 isso outra empresa contratada já retirou boa parte, e segundo ele o cenário está bem melhor do
 94 que antes. O presidente esclareceu ainda que esse processo de doação diz respeito ao que a
 95 administração pública chama de bens inservíveis, e dentro deste existe um parecer do auditor
 96 do campus elucidativo no sentido de esclarecer o que são esses bens e sua destinação; o que a
 97 direção está pedindo para encaminhar ao Consup é o descarte dos bens inservíveis e
 98 aeconômicos, ou seja, bens danificados em que o reparo sairia superior ao valor do bem, e de
 99 qualquer forma eles são inservíveis devido a natureza fim da instituição. Explicou que outro
 100 encaminhamento que o diretor-geral já fez via Colégio de Dirigentes foi disponibilizar a todos
 101 os campus do IFRS que desejarem transferência patrimonial desses bens tais como cadeiras,
 102 classes, que não são mais compatíveis com a estrutura atual do câmpus Porto Alegre. Ele
 103 reforçou que os bens já foram quase todos patrimoniados, e outro grupo de inservíveis, como
 104 equipamentos médicos, por orientação do auditor têm como proposta fazer a doação ou troca
 105 com outro ente federal, pois um processo de leilão é muito oneroso. O presidente afirmou que
 106 a Direção está buscando quais seriam as melhores alternativas e a proposta é, que o conselho
 107 possa ter ciência desse processo e quais os caminhos propostos, para então poder encaminhar
 108 ao CONSUP. O conselheiro Evandro levantou uma dúvida, questionando se para fazer
 109 qualquer desses processos de transferência e doação, implicaria os bens estarem no
 110 patrimônio. O presidente Cláudio esclareceu que necessariamente não, pois se forem bens
 111 inservíveis, a lei diz que pode dar baixa automática; por exemplo, sucata de informática, a
 112 resolução autoriza sequer a colocar no patrimônio; pode-se proceder o descarte sem passar
 113 internamente, desde que siga o rito do parecer do auditor. Encerrado assunto com o pedido de
 114 vistas do professor André concedido, foi colocada em votação a nova ordem de pautas que foi
 115 proposta pela mesa; sendo que todos concordaram. **Convocação do Diretor de**
 116 **Administração e Planejamento do Campus para esclarecimento de dúvidas sobre a**
 117 **planilha de orçamento 2013:** O Presidente chamou à mesa a presença do Diretor de
 118 Administração e Planejamento do Câmpus, servidor Renato Pereira Monteiro, que se
 119 apresentou conforme convocação para a reunião. O presidente explicou que a dinâmica
 120 proposta pelo conselho na última reunião é de um diálogo amigável no sentido de que se
 121 possa esclarecer eventuais dúvidas que alguns conselheiros manifestaram; que se possam
 122 apresentar as dúvidas e que o Renato possa esclarecê-las a medida do possível. Foram então
 123 abertas inscrições para iniciar a discussão. A conselheira Adriana relatou que, quando o
 124 presente Conselho de Câmpus tomou posse em reunião no último dia 16 de julho, era ponto
 125 de pauta a aprovação do plano de ação 2013; foi feito o debate, e existia uma urgência na
 126 aprovação da peça naquele dia; os conselheiros chegaram a solicitar mais prazo para entender
 127 melhor pois são temas que não estão acostumados. Segundo ela, foi dito pela Direção que não
 128 era possível mais tempo pois tinha que ser enviado ao CONSUP naquele mesmo dia. Diante
 129 disso, a conselheira solicita que o diretor Renato explique por que a proposta foi entregue
 130 somente na sexta-feira daquela semana; e também por que ela foi entregue com alterações em
 131 relação aquilo que tinha sido aprovado pelo Conselho. Ela lembrou que o assunto foi
 132 colocado em pauta novamente para que se explique aos conselheiros o que aconteceu, que o
 133 plano de ação não foi entregue no dia da aprovação pelo conselho, o qual foi pressionado para
 134 essa aprovação pela urgência na entrega naquele mesmo dia e no entanto a entrega à Reitoria
 135 foi feita somente na sexta-feira após a reunião; todos querem entender por que ocorreu a
 136 diferença de valores no que foi aprovado no Conselho de Câmpus e no que foi ao CONSUP.
 137 O professor Cláudio, presidente em exercício do Conselho e Diretor de Desenvolvimento
 138 Institucional, neste momento apresentou cópias dos emails enviados ao pró-reitor adjunto de

139 Desenvolvimento Institucional do IFRS, professor Fabrício. Ele explicou que a informação é
 140 que haveria prazo até o dia 16 de julho para envio do plano; mas na verdade era até o dia 17;
 141 depois a reitoria ampliou até dia 20, que era sexta-feira; aí então foram encaminhadas as
 142 propostas no dia 19, um dia antes do prazo. A conselheira Juliana questionou por que não foi
 143 comunicado ao Conselho que havia esse prazo maior. O presidente admitiu que foi um erro
 144 talvez não ter sido comunicado ao conselho, mas que de qualquer forma isso não mudaria o
 145 debate que está sendo feito agora; segundo ele o prazo aumentou apenas um dia então não
 146 haveria tempo a mais como sugeriram naquela reunião. Ele ainda reforçou que foi um erro de
 147 comunicação, e apresentou os emails dele, que incluem o orçamento do DI; orçamento da
 148 pesquisa; do ensino e da extensão. Claudio disse que havia comunicado e pedido ao Renato,
 149 uma vez que o conselho tinha feito alterações, que ele (Renato) enviasse a planilha; só que,
 150 como veio depois, o Renato acabou pensando que ele (Cláudio) iria enviar. Ele confessa que
 151 houve um erro de comunicação interna, e pediu particular excusa, por ser uma área efetiva da
 152 competência dele como Diretor de DI; e então desde a última reunião ele foi consultar nos
 153 emails e pareceu que houve um erro de comunicação interno e que por conta disso,
 154 provavelmente no dia da reunião do CONSUP não tenha aparecido no documento final a
 155 proposta “impressa” do DAP. Neste momento, o presidente em exercício passou a palavra
 156 para o DAP Renato, presente nesta reunião, para prestar os esclarecimentos. O DAP Renato
 157 colocou que é necessário aprender a trabalhar a parte da comunicação com o Conselho de
 158 Câmpus, já que para a Direção também é novidade; assim como outras coisas terão que ser
 159 afinadas, e esse ponto da comunicação é um dos principais a serem aprimorados. Sobre o
 160 orçamento, ele colocou que talvez o entendimento dele não seja o mesmo que o de alguns
 161 conselheiros; segundo ele, essa primeira visão do orçamento, aquela primeira proposta que foi
 162 feita, excluindo-se a diferenciação entre rateio e capital, na concepção dele seria um “perda de
 163 tempo” analisar naquele momento a peça orçamentária, visto que não tem os valores
 164 fechados. Por esse motivo, na visão dele, ele não se dedicou a explicar, e suscitar debate
 165 naquele momento, porque não ter ainda os valores da proposta fechados. Ele levantou que,
 166 antes de se passar a trabalhar a proposta orçamentária, precisa ser discutido no Conselho com
 167 que metodologia vai ser trabalhada a proposta orçamentária, visto que como foi feito agora
 168 não foi o ideal; há um prazo para mandar informações para a Reitoria, como foi o caso da
 169 última proposta, que reduziu. Ele reforçou que, na percepção dele, o Conselho precisa discutir
 170 no que será gasto, aonde serão alocados os recursos, para num segundo momento discutir
 171 quanto que vai ser gasto. Segundo ele, é necessário uma discussão estratégica, dizendo a
 172 porcentagem a ser aplicada em cada setor; estipular linhas gerais para que as coordenações de
 173 setores consigam montar os seus planejamentos, suas estratégias para executar aquele pedaço
 174 do orçamento que eles vão ter, e não ao contrário; por isso a necessidade de se ter linhas
 175 gerais de planejamento. Quanto à proposta orçamentária desse ano, ele colocou que, como já
 176 tinha dito, existe uma planilha de plano de metas, e existe a planilha orçamentária; e que
 177 quando a consolidação da vinculação entre as planilhas foi feita, ele teve que,
 178 obrigatoriamente, fazer mudanças, para ajustar o elemento de despesa de uma com o plano de
 179 ação que estava sendo elevado na outra. Porém ele confessou que novamente volta ao ponto
 180 da falta de discussão; ele pensou haver ficado claro na reunião que haveria um segundo
 181 momento para discutir a matriz orçamentária depois de fechada; e então seriam fechados os
 182 valores a ser gastos em cada momento, até pelo fato de os conselheiros não terem tido tempo
 183 naquele dia para analisar. Renato acrescentou que tomou a liberdade de fazer alguns ajustes
 184 para fins de ter a garantia de ter os elementos de despesa abertos, exemplificando que, num
 185 determinado elemento, ele abriu um valor para deixar aberto já na matriz orçamentária, para
 186 depois não ter nenhuma dificuldade para abrir ele quando precisar utilizar. Então ele disse ter
 187 essa percepção bem clara, de que a proposta orçamentária mudou, que diminuiu, e nessa
 188 última vez que mudou, depois já de terem enviado para o plano de metas e para o CONSUP,

189 voltou para fecharem ela dia 14 de agosto. Ele relatou que veio com um valor reduzido, e com
 190 um valor maior na assistência estudantil, e também, o que fizeram naquele momento, foi
 191 reduzir do permanente, e conforme teria sido combinado, deixaram menos. Ele disse que
 192 agora, essa discussão no Conselho tem que ser feita, neste ano, aonde os valores vão ser
 193 aplicados; aonde os valores da assistência serão aplicados; por isso ele entende que tem que
 194 ser trabalhada uma metodologia de definir critérios percentuais da matriz orçamentária, e
 195 como vai ser gasto, para depois num segundo momento discutir aonde vai ser gasto, porque
 196 assim o fechamento terá que ser feito com uma previsão, com uma estimativa. Ele afirmou
 197 que mexeu na proposta orçamentária que tinha, por exemplo, valores de capacitação,
 198 conforme conversado com os conselheiros naquela reunião, em que ele disse que tinha que
 199 colocar valores de capacitação, que não tinha posto ainda; ele confirmou que colocou depois
 200 que conversou com os conselheiros, e que não podia mandar a proposta para o CONSUP sem
 201 nenhum valor de capacitação. O conselheiro André manifestou concordar com Renato na
 202 questão da dificuldade de comunicação, pelo fato de estarem aprendendo juntos a estabelecer
 203 os fluxos entre as direções geral, sistêmicas e o conselho, e que é um aprendizado coletivo;
 204 mas, segundo ele, o que preocupou nessa primeira intervenção do Renato foi quando ele
 205 qualificou aquela primeira reunião do Conselho Permanente, em julho, ao apreciar o plano de
 206 ação 2013, como uma perda de tempo. André disse que, de certa forma, se era de fato uma
 207 perda de tempo, ele pensa que isso deveria ter sido então comentado naquele momento com
 208 os conselheiros, e informado que de fato era uma peça muito inicial, que poderia ser
 209 totalmente modificada, inclusive em relação àqueles aspectos que haviam consensado. Ele
 210 lembrou que ninguém pediu vistas e ninguém foi contrário à votação, e o que haviam pedido
 211 naquele momento era um pouco mais de tempo para poder estudar os números, e conhecer
 212 melhor aquela proposta, ao que, segundo ele, foi dito que não era possível pela questão da
 213 urgência de tempo. O conselheiro André levantou ainda que, se era realmente uma peça tão
 214 inicial, que logo depois que ela foi modificada, como foi reconhecido pelo próprio DAP que
 215 teve de modificá-la depois, então que o conselho deveria ter sido chamado, sendo que já
 216 haviam realizado duas reuniões depois disso; poderia ter sido comunicado dessa mudança,
 217 dessas alterações, do porquê que isso foi feito; de uma forma tranqüila para que cada
 218 conselheiro pudesse entender, o que fez, ao votar, naquela proposta em julho, e por que
 219 chegou uma proposta tão diferente no CONSUP. André disse achar fundamental uma parte da
 220 intervenção do Renato em que ele comentou sobre as aberturas dos elementos de despesa, e
 221 que isso tem que aparecer para os conselheiros; o conselheiro então sugeriu a apresentação da
 222 peça, agora totalmente aberta, mostrando, item a item, qual foi a aprovação feita pelas
 223 diretorias sistêmicas e pelo diretor-geral, e enviada para o Conselho Superior, e que ele
 224 imagina já ter sido sistematizada dentro da peça orçamentária do IFRS; ele sugeriu abrir tudo
 225 isso para poderem verificar com mais detalhes e ficar mais a vontade para fazer aquilo que a
 226 secretária da presidência do CONSUP solicitou recentemente, que é aprovar a peça
 227 orçamentária; pois ele disse se sentir sem condições de aprovar, de votar, sem enxergar esse
 228 orçamento todo aberto, detalhado, com o DAP explicando cada item. Segundo o conselheiro,
 229 faltaria ainda uma explicação mais detalhada em cada abertura dos elementos, para então
 230 concordar e estar tudo certo para sentir-se a vontade e apreciar, mas no momento atual garante
 231 que não seria possível. A conselheira Juliana concordou com o Renato, em terem que
 232 aprender muito com esse assunto, porque houve um grande problema de comunicação; ela
 233 relatou que o Conselho de Câmpus aprovou uma peça, que foi diferente ao CONSUP, e que a
 234 Direção mudou dados e não comunicaram ao Conselho. Ela disse também que, na opinião
 235 dela, algo que ficou ruim foi que no CONSUP os dados dos câmpus Porto Alegre e Osório
 236 não apareceram no primeiro documento enviado aos conselheiros; segundo ela, as
 237 informações dos outros câmpus foram incluídas para aprovação do plano de ação do Instituto,
 238 e do câmpus Porto Alegre não, porque foram enviadas depois. Neste momento, o presidente

239 em exercício do Conselho, como Diretor de Desenvolvimento Institucional do câmpus,
 240 interrompeu o relato da conselheira para afirmar que tinha provas para mostrar que o
 241 orçamento não foi enviado depois. A conselheira Juliana continuou sua fala, comentando que
 242 mesmo o Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional do IFRS confirmou que Porto Alegre
 243 não havia enviado o seu plano de ação no prazo inicialmente estabelecido, por isso não
 244 apareceu no primeiro documento apresentado. Ela disse então que no documento
 245 posteriormente enviado, apareceram quase todas as informações sobre campus porto alegre..
 246 Ela disse achar que terão que aprender muito com isso, pois é um assunto importante, é todo o
 247 orçamento, é dinheiro para manter o campus, e que essas comunicações vão ter que ser
 248 acertadas, porque existe o conselho agora, e todos têm que trabalhar juntos, pois agora tudo
 249 passa pela aprovação do conselho. Ela manifestou então querer deixar isso registrado, o fato
 250 de achar que é um aprendizado para todos, e que também é necessário ter tempo para fazer
 251 análise deste material, concordando com a idéia do colega André. Ela sugeriu ao Renato que
 252 numa próxima reunião, talvez extraordinária, que apresente estes itens agora como ficou, se
 253 foi aprovado agora o valor do orçamento informado. Neste momento, o Renato entrevistou na
 254 fala da conselheira para informar que sobre a proposta, o projeto de lei foi enviado dia 31 de
 255 agosto ao poder legislativo para ser votado, sendo preciso esperar voltar do legislativo a
 256 proposta orçamentária. Então a conselheira Juliana complementou, dizendo que se for
 257 aprovado, então quando o Renato for apresentar para os conselheiros, que fosse de acordo
 258 com os itens das tabelas apresentadas no CONSUP, pois para eles é mais fácil de enxergar
 259 assim, por exemplo, um tanto para a frota de veículos, que seja discriminado; outro tanto para
 260 o mestrado profissional, no que seria usado; que assim é mais fácil para os conselheiros
 261 entenderem, especialmente para quem não é da área de finanças conseguir entender e aprovar
 262 e também com um prazo maior para ser analisado com calma. Renato colocou então que o que
 263 ele poderia explicar seria a outra tabela, no elemento de despesas, que é o maior detalhe que
 264 se tem, porque a das intenções das diretorias teria que ser apresentada por cada diretoria; mas
 265 o que ele poderia fazer com os conselheiros é passar item a item das questões do DAP e
 266 explicar uma memória de cálculo, como é calculado. Porém ele reforçou a preocupação que
 267 tem na necessidade de se estabelecer linhas gerais para essa peça orçamentária, para começar
 268 o ano e as diretorias se prepararem tendo em vista o próximo orçamento; segundo ele o
 269 orçamento tem que ser pensado em um plano mínimo de quatro anos, como por exemplo, se
 270 não for investir na informática nesse ano, no outro ano será preciso realocar recursos na
 271 informática; e frisou sobre a necessidade de que aconteçam essas linhas, de se ter um
 272 planejamento mais estratégico, o que seria um alívio muito grande para o diretor que estiver,
 273 porque ele não vai ter que perguntar “posso gastar isso aqui ou não”, tirando o peso do
 274 Diretor-Geral, do Diretor de Administração, decidir sobre isso, pois estaria no plano de
 275 compras anual, no plano estratégico comprar tal equipamento. Renato exemplificou ainda que
 276 o que dificulta mais o trabalho do DAP é quando acontece algo que é preciso um equipamento
 277 para o próximo semestre em caráter de urgência, e que não se tinha ideia que seria necessário;
 278 se isso tivesse uma visão mais estratégica seria mais fácil; só que para ter essa visão mais
 279 estratégica, é uma mudança de cultura de todo mundo, direção, conselho, professores,
 280 técnicos. Ele ainda confessou que, na primeira proposta apresentada aos conselheiros, do jeito
 281 que ela foi desenhada, que vinculava o plano de metas ao orçamento, foi difícil montar; ele
 282 disse não entender que o plano de metas esteja vinculado ao orçamento, porque o plano de
 283 metas pode ter um recurso que venha de um projeto de fora, ou que não custe orçamento
 284 nenhum, então estão querendo vincular algo que não precisa estar vinculado; segundo falou
 285 Renato, pode haver o plano de metas, as metas que se quer atingir, e ter ações, ações
 286 orçamentárias do cotidiano, do dia-a-dia da instituição. Então ele reiterou, como já tinha
 287 sugerido, que é preciso ter, se possível, uma comissão do conselho para discutir uma
 288 metodologia de trabalho, com prazos fixados, para que as diretorias apresentem os seus planos

289 para o conselho, e aí então o conselho analisar num mês o plano de ensino, no outro a área de
 290 TI, também para que não chegassem todos de uma vez só, para não dificultar o trabalho dos
 291 conselheiros; é importante ter uma metodologia de trabalho definida. O conselheiro André
 292 lembrou que na proposta de regimento interno, já está prevista uma comissão de orçamento, e
 293 já há a ideia de existir uma comissão que possa estar acompanhando isso. Retomando a fala,
 294 Renato retornou ao tema com relação a ele ter falado o termo “perda de tempo”, ele
 295 confirmou que disse, e que a visão dele pode estar errada, mas justificou dizendo que
 296 enquanto não tiverem proposta orçamentária aprovada, ele acha que o debate fica um pouco
 297 “solto”; mas ele acha que agora, com o projeto de lei do orçamento encaminhado, cabe sim
 298 fazer a apresentação para discutir, tem-se a liberdade de alterar, tirando a despesa de capital,
 299 colocar mais em outras áreas; ou seja, existe essa liberdade orçamentária daqui para frente até
 300 iniciarem a peça orçamentária; por isso ele acha que a discussão naquele momento não era
 301 algo tão relevante, e admitiu que talvez a expressão “perda de tempo” seria inadequada, nesse
 302 contexto. A conselheira Adriana levantou então mais uma dúvida, questionando se aquilo que
 303 ficou como capital pode passar para consumo, mas não o contrário; ao que Renato respondeu
 304 que não, esclarecendo que Capital e consumo é só o que não pode mexer, um passar para o
 305 outro. Adriana voltou a questionar, se isso não tinha que ter sido definido para ir ao
 306 CONSUP; Renato esclareceu que quando houve a alteração na proposta foi feita a
 307 diminuição, diminuíram o capital e deixaram o consumo, ajuste que tinham combinado; mas
 308 dentro do consumo, se pode mexer no que quiser. Neste momento, o conselheiro Evandro
 309 solicitou fazer alguns comentários, disse que percebeu nas manifestações do Renato e do
 310 grupo o que está se encaminhando; disse lembrar que o Renato havia comentado na reunião
 311 de aprovação da proposta que o processo era *pro forma*; salientou que a falta da comunicação
 312 é um problema de fato, e que tem acontecido bastante, e tem o pedido de que o fluxo melhore;
 313 reforçou o pedido que se observe, da parte de todos, que se dê conta das informações
 314 chegarem para evitar de ficarem rediscutindo o que já foi dito. Ele concordou que questão da
 315 metodologia é um fator fundamental, e como juntar todos os setores, não sabe se é mais em
 316 linhas gerais de gestão; não sabe ainda se podem propor que se priorize tal coisa ou não, nem
 317 se uma comissão teria condições de fazer, ou que seja discutido entre os setores e a gestão; ele
 318 acha que é uma negociação que tem que ser feita com base em algumas necessidades, mas que
 319 tem ser definido, e então isso viria para o conselho questionar, apreciar ou homologar. Renato
 320 complementou reforçando novamente sua ideia de que deve haver as linhas gerais, pois não
 321 há como se planejar, não é possível trabalhar sem ter um “teto”, um mínimo ou um máximo;
 322 ele acha que deveria ser meio fracionado, no sentido de cada setor/área apresentar o seu, até
 323 para chegar no início do ano com esse fechamento de informações. Ele lembrou uma outra
 324 questão, não previsto no plano, que é em relação as compras, pois no decorrer do ano ocorrem
 325 diversos pedidos de compra; e quem defere ou não, se precisa ter um critério também; ele
 326 citou, por exemplo, aquisições de equipamentos no período que ainda não tem o plano
 327 estabelecido; há quatro ou cinco equipamentos precisando ser comprados e não tem recursos
 328 para comprar todos eles: como resolver, quem resolve? Segundo ele vai ter que ter até
 329 determinado limite, e se isso vai ter que passar pelo conselho ou não, pois está sempre
 330 ocorrendo demandas e prioridades e é preciso ter isto; para que o conselho saiba o que está
 331 acontecendo; demandas como de equipamentos, laboratórios etc., hoje se compram quando é
 332 possível comprar. O presidente em exercício, professor Cláudio, colocou que realmente a
 333 ideia é montar essa metodologia; disse que teve a oportunidade de conhecer como trabalham
 334 alguns câmpus e alguns institutos, particularmente dois que eram CEFETS, do Instituto
 335 Federal do Espírito Santo e do Instituto Federal do Pará. Segundo ele relatou, ambos
 336 surpreendem pela capacidade de planejamento que tem, pela experiência anterior, algo de
 337 planejamento que enquanto Escola Técnica da UFRGS não tínhamos. Ele relatou que os
 338 DAPs desses câmpus recebem de todos os coordenadores de ensino um memorial descritivo

339 do plano do próximo ano, incluindo todos os itens e reproduzido para todas as esferas do
 340 câmpus; ele enfatizou que não está propondo isso, pois acha que ainda não há maturidade no
 341 Câmpus Porto Alegre para esse tipo de planejamento, mas que é preciso começar de alguma
 342 forma; é apropriado que o Conselho comece a designar esses elementos mais macro, mais
 343 estratégicos, e que então a gestão possa fazer a proposta para apreciação do conselho e devida
 344 homologação, para que a própria gestão possa se basear e o DAP possa ter elementos sobre o
 345 quais se apoiar. Segundo ele porque para os gestores realmente é complicado fazer as
 346 propostas sem muitas vezes conhecer as necessidades do próximo ano, então a solução passa
 347 muito por isso, discutir inicialmente esses elementos estratégicos. O DAP Renato então
 348 solicitou um a parte, dizendo que quando as diretorias vão fazer o seu planejamento, o seu
 349 orçamento do próximo ano, a principal pergunta é quanto tem para gastar; se trabalharem com
 350 percentual, baseados na proposta do ano anterior, eles já vão ter uma linha geral. O
 351 conselheiro André levantou que questão do desenho do orçamento é fundamental, mas que
 352 para 2013 já não é o horizonte, pois 2013 já está dado e em discussão no Congresso; para
 353 2014 então o Conselho vai ter uma responsabilidade grande, junto com uma estrutura de uma
 354 comissão de orçamento, a oportunidade de estar delineando melhor os caminhos da
 355 construção da peça orçamentária, em parceria com as diretorias. Segundo ele isso é
 356 fundamental, mais até que pensar em percentuais, mas pensar nas necessidades das áreas
 357 acadêmicas e administrativas, vendo isso dentro do regimento, o que cada determinada área
 358 necessita para montar o seu ano, nas suas atividades de ensino, pesquisa, extensão; e isso ser
 359 sistematizado por cada diretoria para chegar depois na construção da peça orçamentária. Ele
 360 reforçou novamente, que no momento, vendo tudo o que foi dito, acha importante não votar
 361 nada a respeito da peça orçamentária 2013 ainda. O presidente Cláudio então questionou que
 362 votação seria essa, pois não estava nada previsto na pauta e nem teria conhecimento disto. A
 363 conselheira Adriana explicou que o Conselho está sendo cobrado pela secretária do CONSUP
 364 de que não há informações naquela secretaria sobre a aprovação da peça orçamentária do
 365 câmpus Porto Alegre. O presidente disse que existe a ata da reunião do dia 16 de julho, que
 366 aprova, e ele desconhece que seja necessária outra votação. O conselheiro André disse que
 367 efetivamente há um pedido do CONSUP e o Conselho do Câmpus tem suas atividades
 368 delegadas para que aprove a peça orçamentária 2013, porque eles não têm documentação para
 369 isso; ele lembrou que o aprovado na reunião de julho foi um indicativo, que depois não foi o
 370 que foi apropriado devidamente, e que o próprio DAP disse isso na presente reunião, de forma
 371 fraterna, respeitosa, para todo mundo; então, evidentemente os conselheiros terão que voltar a
 372 votar isso, pois o que está lá no CONSUP de fato não foi aprovado por esse conselho. O
 373 presidente reiterou o fato de a presidência desconhecer oficialmente qualquer pedido do
 374 Consup com relação a isso. A conselheira Adriana disse que foi feito esse pedido e que teria o
 375 email que comprova, que foi enviado para o Diretor-geral, Paulo Sangoi, para o professor
 376 Marcelo (representante docente no CONSUP) e para ela mesma, Adriana, e à discente Sara,
 377 membros titulares representantes do Câmpus no CONSUP; ela disse que foi enviado para os
 378 três titulares e para o diretor-geral. O presidente colocou, aproveitando a colocação da
 379 conselheira Adriana, não querendo divergir, mas no sentido de esclarecer, que a chefia de
 380 gabinete da Reitoria, a qual não é a mesma secretária do CONSUP, entrou em contato com a
 381 Direção do câmpus solicitando cópia da ata do dia 16 de julho, para que pudesse ser
 382 encaminhado para o CONSUP. Segundo ele essa informação foi repassada, então o que há
 383 oficial é que existe esse documento, mas se os conselheiros querem colocar em votação, disse
 384 que não veria problema. O conselheiro André pediu para concluir a proposta de
 385 encaminhamento dele, disse que acha importante votar a nova proposta, mas que não na
 386 presente reunião; sugeriu que o DAP faça uma nova apresentação daquilo que é da sua alçada,
 387 da Diretoria de Administração e Planejamento, detalhada, abrindo os elementos de despesa, e
 388 que as outras diretorias sistêmicas também possam fazer o mesmo, daquilo que é da sua

389 alçada, que cada diretoria sistêmica apresente seus orçamentos; e que haja uma sessão do
 390 conselho para ver isso; e se existe ainda possibilidade de modificar dentro do custeio a
 391 destinação, isso tem que ser avaliado também, pois é função dos conselheiros avaliar isso; e
 392 então conversar com as áreas acadêmicas e administrativas, para ver esse desenho de peça
 393 orçamentária, e quando for votar, algo que vai ser efetivamente a distribuição do elemento de
 394 despesa para o orçamento 2013. O presidente então fez uma contraproposta à proposta do
 395 conselheiro André, de que o DAP faça toda essa apresentação, justificando que se cada diretor
 396 sistêmico tiver que coincidir orçamento de despesa com meta, nunca vai haver
 397 esclarecimento; então a proposta é que, como todos os conselheiros receberam os planos de
 398 metas, das áreas, as metas não mudaram; esqueçam valores, e a proposta é que o Renato
 399 posteriormente abra todos os itens do orçamento; e assim os conselheiros poderão conhecer o
 400 orçamento nas suas entranhas; mas se o Renato tiver que mostrar e depois cada diretoria, não
 401 se chegará a um entendimento. Ele acha que a principal dúvida dos conselheiros é no sentido
 402 da formação do orçamento, e não na sua efetiva consolidação com o plano de metas, pois no
 403 fim das contas este estará sendo corroborado pelo orçamento, que é a peça executória do
 404 plano de metas; então, uma vez que os conselheiros já tem as metas, que não mudaram, que o
 405 Renato esmiúce o orçamento; mas se for necessário que se reapresente as metas também,
 406 porém lembrou que todos os conselheiros já tem conhecimento disto. A conselheira Sabrina
 407 reforçou o que o presidente disse, que houve um pedido da Reitoria que se enviasse a ata do
 408 dia 16 de julho, mas que essa nem havia sido aprovada até o momento, com o que o
 409 presidente concordou, afirmando que por isso a Ata não foi enviada ainda. A conselheira
 410 Juliana propôs então que fosse aprovada a ata do dia 16 e que o Renato enviasse o orçamento
 411 na próxima reunião para analisar, com o que o Renato concordou, afirmando que iria montar
 412 uma apresentação para enviar aos conselheiros. O presidente aproveitou para comentar que os
 413 outros câmpus também não tem discussão aprimorada, e que o câmpus Porto Alegre não é o
 414 mais retardatário no tema; colocou que a primeira etapa da peça orçamentária é quase de
 415 “ficção”, e que ficasse claro que o câmpus não está alheio a discussões ou essas não se
 416 pautem. A conselheira Juliana colocou que a crítica não é só ao câmpus Porto Alegre, pois ela
 417 também observou que outros têm problemas, mas que não deve ser por este motivo que não
 418 devemos melhorar esta questão. O presidente ainda comentou que a discussão é cara no
 419 Conselho de Câmpus mas não se dá no CONSUP; falou como o orçamento vem do CONIF
 420 para o IFRS, o que deve assombrar os membros do CONSUP para organizar e discutir.
 421 Encerrada a discussão, o encaminhamento proposto foi de o DAP Renato retornar em data
 422 posterior, na próxima reunião extraordinária, a ser chamada dia 19 de setembro às 14h, para
 423 apresentação e debate da proposta orçamentária de execução para 2013; a direção
 424 encaminhará até o dia 17 de setembro às 23h59min a proposta da direção; por unanimidade os
 425 presentes concordaram com a proposta. A conselheira Adriana lembrou o encaminhamento
 426 feito na reunião do dia 16, e que o que foi para o CONSUP não foi a aprovada; o presidente
 427 lembrou que o acordado era aprovarem e posteriormente fazerem reunião do que foi mudado;
 428 propôs então que na ata do dia 19 de setembro já conste o que for reajustado; ou seja, que dia
 429 19 também aprovem a ata do dia 16 de julho e neste mesmo dia aprovem as modificações. A
 430 proposta teve concordância unânime dos conselheiros. O DAP Renato foi dispensado e
 431 retirou-se, e o presidente deu prosseguimento à pauta. **Aprovação do calendário acadêmico:**
 432 O presidente em exercício iniciou a discussão da pauta fazendo uma breve retrospectiva,
 433 relatando que o Conselho aprovou a resolução sobre a metodologia de elaboração do
 434 calendário acadêmico do semestre 2012-2, proposta inicialmente pela professora Sabrina,
 435 depois de ajustada; o que foi aprovado na referida resolução foi que caberia aos
 436 coordenadores de curso a escolha de um calendário que fosse proposto pelo Ensino e que
 437 esse, após aprovado pelos coordenadores, retornasse ao Conselho de Câmpus para ser
 438 homologado. Conforme relatou o professor Claudio, foi realizada reunião no dia 30 de agosto

439 com os coordenadores, conforme listas e atas enviadas por email, onde foi aprovada proposta
 440 de calendário nº 1, e na reunião ficou acordado que seria feito assembleia com a comunidade
 441 no dia 03 de setembro, para votar as propostas de calendário; e a assembleia aprovou o
 442 calendário nº 2. O presidente do conselho então relatou o fato de que o Conselho outorgou
 443 poderes para o coletivo dos coordenadores, e estes o fazem, manifestando preferência por um
 444 calendário; por outro lado, a oitiva da comunidade optou por outro calendário, e assim o que
 445 veio ao Conselho é a tarefa de decidir entre os calendários 1 e 2. De imediato, o presidente
 446 disse não se opor à análise os dois calendários, porém ele disse entender que a aprovação do
 447 calendário pela comunidade viole uma norma, uma resolução estabelecida pelo próprio
 448 Conselho, que outorgou a decisão aos coordenadores. Ele questionou o fato de que, se o
 449 conselho deu poderes aos coordenadores para decidir pelo calendário, tornaria sem efeito a
 450 escolha da comunidade; e isso geraria um problema institucional, afirmou, lembrando as falas
 451 sobre a necessidade de consolidar o conselho como órgão formal com ritos; ele citou que
 452 existe então uma fragilidade e o conselho teria que atentar a isso. O presidente então colocou
 453 o assunto em aberto para discussão dos conselheiros. O conselheiro Yuri argumentou que
 454 deveria ser levado em consideração que a resolução foi feita com os fatos presentes no
 455 momento, e que houve fatos posteriores com assembleia e comando de greve; que fosse
 456 levado em conta a maneira como avaliar essa decisão da assembleia, e que se prezasse pelo
 457 que foi votado por maioria na assembleia. O conselheiro Cícero disse corroborar com o colega
 458 Yuri, pois o consenso de votação da assembleia sobrepõe a votação dos coordenadores, e para
 459 ele a proposta 2 foi a melhor, e ir contra isso seria ir contra a comunidade acadêmica. A
 460 conselheira Juliana colocou que na discussão foi ela quem sugeriu a necessidade de aprovação
 461 dos coordenadores para um dos calendários sugeridos pelo ensino. Falou que inicialmente
 462 ficou com dúvida quando soube do resultado da assembleia, mas que posteriormente
 463 considerou que não está ilegal a aprovação do calendário 2, pois na resolução do Conselho
 464 não se registrou aprovação pelos coordenadores de curso. Considera a apreciação válida, pois
 465 a intenção é o conselho deliberar sobre a decisão dos coordenadores e sobre a assembleia. A
 466 conselheira Claudia complementou que a ideia inicial era ouvir as bases, primeiramente, e
 467 então ir a assembleia, sendo que a sugestão era os cursos irem aos coordenadores. A
 468 conselheira Sabrina, que redigiu a resolução, reforçou que o termo usado não era aprovação,
 469 mas sim avaliação e deliberação por parte dos coordenadores. O conselheiro Douglas colocou
 470 que a resolução já teria sido “driblada”, pois foi feita uma resolução *ad referendum* solicitada
 471 pelo diretor de Ensino, sendo que os conselheiros haviam sido convencidos pelo presidente
 472 deste Conselho, em reunião anterior, a suprimir um artigo da proposta de resolução que não
 473 permitiria que o calendário fosse aprovado *ad referendum*, pois, segundo o presidente, a
 474 Direção de Ensino não faria isso; o que foi resolvido era uma análise dos coordenadores, e
 475 agora a necessidade seria deliberar sobre a decisão da assembleia geral. O conselheiro
 476 Evandro comentou que a opção dele seria pelo calendário 1, mas esses fatos apresentados o
 477 fizeram pensar em acatar a decisão da maioria. O conselheiro André então colocou que ainda
 478 que o Conselho quisesse delegar a alguém uma atribuição privativa, teria que fazê-lo em
 479 votação, e citou o Art. 10 do Regimento, sobre as atribuições privativas do Conselho, que uma
 480 é aprovar o calendário; ele considerou que não haveria ilegalidade no processo, de acordo
 481 com o regimento e cumprindo a resolução. O presidente em exercício salientou que, se o
 482 conselho entendeu que a proposta 2 é a ideal, não há o que questionar; porém o problema é
 483 dizer que a opinião dos coordenadores foi inócua, e a resolução também, pois o que decidiria
 484 é uma assembleia geral; para ele, como já havia comentado, a criação da resolução foi
 485 redundante; se em um momento se ouve uma parcela que se considera legítima, e depois
 486 outra. A conselheira Sabrina complementou que a assembleia de coordenadores chamada pela
 487 comissão de mobilização, os coordenadores e o ensino estavam, e a resolução foi citada; a
 488 decisão pela assembleia geral foi feita nessa assembleia. Ela afirmou concordar que talvez

489 quando foi feita a resolução havia os fatos do momento, e após houve outros, que não
 490 prejudicam mas sim corroboram, e que na opinião dela não estaria sendo passado por cima da
 491 resolução. A conselheira Adriana então falou do processo, relatando que quando se pensou em
 492 fazer a resolução, pensou-se em ouvir de alguma forma a comunidade, para que não tivessem
 493 a tarefa sozinhos; porém segundo ela este processo foi mal conduzido, porque na assembleia
 494 dos docentes construíram a ideia de fazer a assembleia da comunidade interna, o que foi
 495 encaminhado, conforme ata do comando de greve docente: na quinta-feira a Direção de
 496 Ensino chamaria os coordenadores para apresentar as propostas, os Coordenadores
 497 retornariam para seus cursos e dariam o retorno em outra reunião; a ideia então foi crescendo
 498 até chegar na ideia de se fazer uma assembleia geral. Ela citou professores que votaram por
 499 outros, e não consultaram seus cursos, como foi encaminhado, e muitos Coordenadores não
 500 tiveram retorno de seus cursos sobre qual seria o melhor calendário; ela ainda reforçou que o
 501 conselho tem sim a função de aprovar o calendário. O conselheiro Yuri ressaltou que o único
 502 meio que os alunos tinham para se manifestar era o virtual, e ficou manifestado; sempre
 503 alguém defendia o lado dos grevistas, e os alunos aprovaram a greve e suas causas; ele falou
 504 ainda que ficou claro na discussão sobre os calendários, que era consenso que a proposta 1
 505 não era a melhor na opinião dos alunos; completou dizendo que o seu desejo era a
 506 consideração pelos alunos que apoiaram a greve. Neste momento, houve o pedido de fala da
 507 professora Márcia, diretora adjunta de Ensino, para esclarecer o processo de escolha do
 508 calendário. Segundo ela, todos receberam por email as três propostas de calendário, enviadas
 509 para todos os servidores; a comunicação foi direta com todos os professores, e não dependia
 510 do coordenador passar para o professor, pois estava acessível, uma vez que todos os
 511 servidores receberam os emails com as propostas, porém o tempo para analisar não se tem
 512 controle. A professora Márcia explicou que na reunião da assembleia do comando de greve
 513 foi combinado que seria ouvida a opinião dos coordenadores, mas que isso não lesaria a
 514 assembleia geral. Nesse momento, o professor Ângelo, coordenador do curso técnico em
 515 Biotecnologia e conselheiro docente suplente que acompanhava a reunião, manifestou que
 516 todos os coordenadores estavam cientes de que o que eles fariam era apenas opinar sobre as
 517 propostas de calendário, e que a decisão seria mesmo na assembleia geral. A professora
 518 Márcia encerrou afirmando que a intenção da sua fala nesta reunião era apenas esclarecer que
 519 o processo de escolha do calendário foi límpido e transparente. O presidente em exercício do
 520 Conselho encaminhou o encerramento da discussão da pauta e colocou em votação as
 521 propostas de Calendário Acadêmico 2012/2, entre a proposta 1, preferida pelos coordenadores
 522 de curso, e a proposta 2, preferida pela maioria em assembleia geral feita com a comunidade
 523 acadêmica. Dado o número de manifestações, foi realizada votação nominal, com o seguinte
 524 resultado: Cláudio, presidente em exercício: abstenção; conselheiros: Ibá, votou pela proposta
 525 2; Claudia, votou pela proposta 2; Evandro: votou pela proposta 2; Juliana, votou pela
 526 proposta 2; Douglas: votou pela proposta 2; Ademir: votou pela proposta 2; Martha: votou
 527 pela proposta 2; Adriana: votou pela proposta 2; Suzinara: votou pela proposta 2; Sabrina:
 528 votou pela proposta 2; Mayara: votou pela proposta 2; André: votou pela proposta 2; Cícero:
 529 votou pela proposta 2; Yuri: votou pela proposta 2. Com declaração de voto do professor
 530 André, que disse votar no Calendário 2 em respeito ao decidido na assembleia geral, mas
 531 registra que o melhor seria mesmo que não tivesse nenhum sábado letivo, como previsto na
 532 proposta 3. Com 14 votos a favor e uma abstenção, ficou aprovada pelo Conselho de Câmpus
 533 a proposta de calendário acadêmico nº 2 feita pela Diretoria de Ensino. A conselheira Adriana
 534 fez a solicitação da ata da assembleia do comando de greve docente da quarta-feira anterior à
 535 assembleia geral, contendo os encaminhamentos, e o conselheiro André concordou e
 536 comprometeu-se em enviar a ata da referida assembleia aos conselheiros, e para ser anexada à
 537 ata da presente reunião. **Análise do processo da professora Cristina Simões da Costa:** o
 538 presidente colocou que o processo da professora retornou da Reitoria, com a manifestação da

539 DGP; ele solicitou porém que não fosse apreciado na presente reunião, pois o processo está
 540 aguardando a manifestação da CPPD do Câmpus; mas mesmo assim, por razões pessoais, ele
 541 resolveu trazer a cópia para a reunião. A conselheira Sabrina manifestou que o processo
 542 estava no momento com a CPPD, em reunião concomitante com a do conselho, por isso
 543 sugeriu como encaminhamento que esse ponto fosse deixado para outra reunião, quando o
 544 processo já estará com o parecer da CPPD. Com a concordância de todos, o presidente
 545 postergou a deliberação do processo para a próxima reunião ordinária, quando já haverá o
 546 parecer da CPPD. **Regimento complementar do campus – apreciação e votação:** O
 547 presidente, antes de abrir as inscrições para discussão da pauta, falou novamente que
 548 compreende que sua posição é de zelar pela plena legalidade dos fatos, e que o conselho se
 549 constituiu após debate intenso; ele comentou que leu a ata do CONSUP para ver o dia da
 550 aprovação da resolução nº 29, e no seu entendimento é de que a apreciação dessa parte
 551 complementar seria posterior à mudança regimental que está sendo feita no momento do
 552 regimento geral. Por isso, ele questionou se, aprovando a parte complementar do regimento
 553 interno, e havendo modificação no geral, não haveria necessidade de reformulação dessa peça
 554 a ser aprovada na presente reunião; e também se fazendo essa aprovação, não seria necessário
 555 encaminhar para o CONSUP, para ratificação dessa parte complementar. O presidente
 556 manifestou entender que o regimento aprovado aqui ainda carece de aprovação no CONSUP,
 557 e reforçou a indagação sobre se poderia o Conselho do Câmpus fazer essa aprovação em
 558 virtude da reformulação do Regimento geral e estatuto que está em ação, e se não existiria
 559 dolo nesse sentido. A conselheira Adriana manifestou então que, o que está sendo revisto é o
 560 regimento geral, e o regimento complementar caso precise sofrer alterações pode ser feito a
 561 partir de resolução do próprio Conselho de Campus, porque o documento trata de itens a
 562 partir das diretorias sistêmicas, itens que estão no âmbito do campus e não mais do regimento
 563 geral do IFRS. O conselheiro André solicitou uma questão de esclarecimento, perguntando se
 564 houve encaminhamento de parecer de vistas pelo conselheiro Yuri sobre o regimento
 565 complementar. O presidente afirmou que não foi recebido nenhum, e comentou então não
 566 estar clara ainda a sua dúvida sobre a aprovação do regimento complementar sem ser
 567 encaminhado ao CONSUP ou sem ter o respaldo; ele explicou que o gestor público trabalha
 568 sob ofício, e o CONSUP deveria ter emitido uma resolução afirmando que fica a cargo do
 569 Conselho de Campus aprovar o Regimento Complementar, mas ele não encontrou nada que
 570 desse esse respaldo. Por isso, solicitou à Adriana, conselheira do Câmpus e representante
 571 deste no CONSUP, que seja emitida uma resolução por parte do CONSUP dizendo que os
 572 Conselhos de Câmpus têm prerrogativas para isso. A conselheira Adriana então acolheu o
 573 pedido e comprometeu-se em fazer essa solicitação ao Consup. Mediante isso, o presidente
 574 então colocou em votação a aprovação do Regimento Complementar do Câmpus, com
 575 votação nominal conforme solicitado pelos conselheiros, obtendo o seguinte resultado:
 576 Presidente em exercício, Claudio: abstenção; conselheiros Yuri: abstenção; Ibá: aprovado;
 577 Claudia: Aprovado; Evandro: aprovado; Juliana: aprovado; Douglas: aprovado; Ademir:
 578 aprovado; Martha: aprovado; Adriana: aprovado; Suzinara: aprovado; Sabrina: aprovado;
 579 Mayara: aprovado; André: aprovado; Cícero: abstenção. Resultado da votação: com três
 580 abstenções e doze aprovações, ficou aprovado o Regimento Complementar do Câmpus Porto
 581 Alegre. O presidente, com a vênia da presidência, solicitou que fosse feita revisão do
 582 Regimento pelo CONSUP na questão da forma. A conselheira Adriana concordou e disse que
 583 já foi feito esse encaminhamento no CONSUP, mas que iria cobrar novamente; em seguida
 584 manifestou preocupação sobre a questão dos prazos para que se cumpra a formação das
 585 comissões previstas no Regimento, e a partir de quando valerão, agora que o mesmo foi
 586 aprovado. O conselheiro André disse que primeiramente é necessário publicar e dar ciência à
 587 comunidade sobre o documento, em formato de resolução; sugeriu que o Diretor-geral ou em
 588 exercício receba a comissão para revisão e publicação do documento. O presidente fez a

589 sugestão de que se montasse na presente reunião uma comissão paritária que revisasse o
 590 documento. A conselheira Adriana então sugeriu que os prazos passassem a contar a partir da
 591 publicação da Resolução. Acatando a sugestão da presidência, por indicação dos conselheiros,
 592 a comissão paritária responsável por revisar o documento e entregá-lo ao Diretor-geral para
 593 que se publique ficou formada pelos servidores Douglas (representante técnico-
 594 administrativo), André (representante docente) e Mayara (representante discente). Antes de
 595 iniciar a pauta seguinte, a conselheira Adriana solicitou dez minutos ao fim da reunião para
 596 tratar assuntos gerais; pedido acatado por todos e pela presidência. **Regimento interno do**
 597 **Conselho de Campus:** O conselheiro André apresentou a minuta construída do Regimento
 598 Interno para o funcionamento do Conselho de Câmpus, com 104 artigos; apresentou os itens
 599 de cada capítulo. Todos os conselheiros receberam cópias da minuta e acompanharam a breve
 600 apresentação. A sugestão feita pelo conselheiro foi que, por ser longo, que na próxima
 601 reunião, já seja possível ter as alterações que cada conselheiro sugerir nos itens do regimento,
 602 ou passar para a comissão que faça as alterações. O presidente parabenizou a comissão que
 603 fez a minuta pelo trabalho, comentou que muitos artigos suprem lacunas, no entanto outros se
 604 justapõem a processos que já estão regulamentados por instâncias superiores; ele pretende
 605 apresentar, se for o caso, alguns pontos que existam justaposições ao regimento do Consup;
 606 em compensação outros itens contemplam pontos que não estão no CONSUP e devem ser
 607 debatidos, e outros que estão em conflito. O conselheiro André fez uma sugestão de
 608 encaminhamento, que cada conselheiro enviasse para a comissão, formada pelos conselheiros
 609 André, Ibá e César, suas sugestões de alteração, e então a comissão sistematizaria e traria para
 610 discussão em reunião específica para discussão do Regimento do Conselho. Foi proposto que
 611 a última data para apresentar alterações seria 26 de setembro, e no dia 3 de outubro, haveria
 612 reunião para discussão. Ficou decidido por concordância unânime dos conselheiros.
 613 Contemplados os itens da pauta, a presidência declarou aberto para os assuntos gerais.
 614 **Assuntos gerais:** o conselheiro Ademir solicitou ao presidente do conselho criação do e-mail
 615 do Conselho e grupo de todos os conselheiros e suplentes para encaminhar documentos e
 616 discussões; lembrou que está faltando ainda a nomeação de um secretário para o Conselho,
 617 que é quem irá enviar ao grupo de e-mails. O conselheiro Douglas cobrou, novamente, o
 618 envio do regimento da CIS com as devidas alterações aos membros desta comissão, e
 619 lembrou que este regimento foi aprovado ainda no Conselho de Câmpus temporário, em maio,
 620 e ainda não foi publicado; e questionou se, enquanto não tiver Regimento interno do
 621 Conselho de Câmpus, valeria o regimento do CONSUP, conforme dito pelo presidente em
 622 exercício na reunião anterior, ou o regimento do Conselho Temporário, conforme disposto
 623 na resolução 001, de 25 de junho de 2012, aprovada pelo Conselho Temporário e assinada
 624 pelo presidente daquele e deste conselho, prof. Paulo Roberto Sangoi, que diz no seu art.
 625 2º que o regimento do conselho temporário valeria até a aprovação de novo regimento
 626 interno pelo Conselho Permanente. A conselheira Juliana solicitou explicação sobre as verbas
 627 de 4,5 milhões e 700 mil reais destinadas respectivamente às obras e equipamentos para os
 628 novos laboratórios, se o montante já está com o Câmpus ou se ainda receberemos. Questionou
 629 também como anda a questão de doação de terreno para construção de novos laboratórios e
 630 se, desta forma, o Câmpus vai perder parte do dinheiro destinado a reforma do prédio
 631 garagem. O presidente então respondeu aos conselheiros. Sobre a questão da nomeação do
 632 secretário do Conselho, ele disse não se achar competente para nomear secretário ainda,
 633 preferindo aguardar o retorno do presidente titular, professor Sangoi; e explicou que,
 634 temporariamente, a chefia do Gabinete atual irá subsidiar a TI para fornecer os documentos do
 635 Conselho para publicação no site. A conselheira Adriana disse que essa não era a informação
 636 que tinham. O presidente então explicou que a servidora que atualmente é chefe de gabinete
 637 não quer secretariar a reunião em função de manifestações negativas que ela recebeu; ele
 638 pediu então que até ter novo secretário devidamente nomeado, que os conselheiros respeitem

os colegas, e a chefia de gabinete vai colaborar para enviar os documentos. A conselheira Adriana disse que por parte dela, não houve manifestação “belicosa”, e disse saber que a função de secretaria não é fácil. O presidente prosseguiu com as respostas aos assuntos gerais levantados, e disse que iria verificar porque ainda não houve a publicação do regimento da CIS; quanto ao Regimento Interno do Conselho, ele interpreta como presidente em exercício que o regimento do Conselho Temporário não vale mais, pois o referido conselho também não existe mais. Com relação à questão da verba dos novos laboratórios ele explicou que o câmpus já está com o valor referido desde o início do ano; alguns projetos já foram encaminhados, como já está em processo de licitação a reforma do prelúdio; quanto ao projeto do átrio, que inclui o espaço da biblioteca, o restaurante universitário, laboratórios da panificação e auditório, já foi encaminhado para empresa terceirizada que faz os projetos, e está se aguardando a vinda para encaminhar o processo de licitação; e sobre os laboratórios de química, biotecnologia e licenciatura, ele explicou que nesse ínterim houve uma oferta por parte da União ao Diretor-geral de um terreno, em função do bom trabalho que teria sido feito no prédio atual; foi encaminhado às áreas para análise e a arquiteta Milene solicitou à prefeitura o índice volumétrico-construtivo do prédio atual, para saber o que pode se construir aqui. O presidente manifestou que, na opinião dele, a ida dos laboratórios e cursos para outro terreno não é interessante, e todo o recurso recebido contempla obras e reformas; a percepção pessoal do presidente é aprovar os projetos, para chamar novamente o Conselho para deliberar onde vai ser feito efetivamente. Questionado pela conselheira Juliana se os cerca de 720 mil reais continuavam destinados a equipamentos para os quatro cursos (química, biotecnologia, panificação, e meio ambiente), o presidente disse que, não, que este recurso era destinado à compra de equipamentos para os cursos em química, biotecnologia, licenciatura, e panificação, pois para o curso em meio ambiente já haviam sido comprados todos os móveis e equipamentos, sendo que, inclusive, já os estavam recebendo. Sobre esse recurso para a compra de equipamentos, o presidente ainda informou que já estava na conta do Câmpus e que deveria ser gasto antes do final do ano, pois do contrário teria de ser devolvido, então seria importante ter as licitações em andamento e até o final do ano o pré-empenho, pois isso garante que o recurso não seja devolvido. A conselheira Suzinara levantou a questão da biblioteca central, que está com cheiro de esgoto e o ar condicionado não funciona; disse que mandou email para o DAP e Diretor-geral, pois no ano passado houve alunos passando mal por conta da temperatura. O presidente colocou que sobre a questão dos ares, não encontraram empresas que queiram fazer a manutenção dos aparelhos, mas que a direção ainda está atrás disso, porém há muitos problemas emergenciais que tem de ser feitos um de cada vez, e é preciso licitações e processos para resolver essas questões, por isso há certa demora nas soluções. Pontos de pauta que ficaram para a próxima reunião: **Análise do processo da professora Cristina Simões da Costa.** Encerrada a reunião, nada mais havendo a constar, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos conselheiros presentes. Porto Alegre, cinco de setembro de dois mil e doze. Cristine Stella Thomas

Cláudio Vinícius Silva Farias

Ademir Dorneles de Dorneles

Adriana de Farias Ramos

André Rosa Martins

César Germano Eltz

----- AUSENTE -----

Cícero Pereira Costa

----- AUSENTE -----

Claudia do Nascimento Wyrvalski

Douglas Neves Ricalde

Elizabeth Milititsky Aguiar

----- AUSENTE -----

Evandro Manara Miletto

Ibá Souza da Costa

Ivan Francisco Diehl

----- AUSENTE -----

Juliana Schmitt de Nonohay

Martha Helena Weizenmann

Mayara Cristina Menegotto Moreira

Paulo Roberto Sangoi

----- AUSENTE -----

Sabrina Letícia Couto da Silva

Suzinara da Rosa Feijó

Yuri Ferreira Machado